

Corrupção na dívida externa: as providências do governo.

A denúncia de que o Brasil perdeu cerca de US\$ 300 milhões com o pagamento de "comissões por fora" em operações de relending — reemprestimos internos de valores depositados no Banco Central em favor de credores estrangeiros — feita neste fim de semana por um jornal carioca, não surpreendeu o governo.

O Palácio do Planalto tinha conhecimento de que o relending havia aberto uma brecha para que os bancos internacionais aumentassem seus lucros, como aconteceu por ocasião da renegociação da fase II da dívida externa do País.

Quando Francisco Dornelles ainda era ministro da Fazenda, a Presidência da República foi alertada sobre a "corrupção" nesta área por um documento produzido pelo então assessor do ministro João Sayad, Paulo Nogueira Batista Jr., que se demitiu recentemente, voltando às atividades acadêmicas.

Foi a partir desse documento — que não mencionava cifras — que houve uma decisão do Banco Central, posteriormente, de disciplinar o reemprestimo de recursos depositados no BC, em conta bloqueada, a favor dos credores. Além disso, foi adotada outra atitude: o setor estatal não terá acesso aos futuros reemprestimos, que deverão começar em agosto, assim que os bancos internacionais formalizarem sua aprovação às negociações concluídas (fase III) no final do ano passado.

O diretor para assuntos de dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que é o negociador junto ao comitê de assessoramento, em Nova York, garantiu que as empresas privadas com acesso ao relending estarão proibidas de pagar comissões "por fora", e que os bancos estrangeiros deverão contentar-se em receber a taxa de juros, na forma contratada, mais o spread de 1,25%.

As comissões "por fora" — pagas geralmente pelas empresas estatais federais e estaduais — teriam resultado em um lucro extra de US\$ 300 milhões para os bancos,

conforme uma reportagem do Jornal do Brasil publicada domingo. O Jornal enumera seis casos, estando entre eles um empréstimo contraído pela Nuclebrás, em 1984, que teria pago uma comissão extra de 1,25% a título de participation fee, mas a empresa alemã KWU arcou com o desembolso, pelo menos oficialmente.

O empréstimo foi feito junto a um grupo de bancos (sindicato), liderado pelo alemão Dresdner Bank.

Outro caso citado entre os seis é o da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em 1984, no valor

de US\$ 120 milhões. A empresa pagou uma comissão de 0,5% sobre o valor total do empréstimo, a título de management fee (taxa de administração), no valor de US\$ 600 mil e quitada em moeda estrangeira, e mais outra taxa extra de 4% denominada participation fee (taxa de participação), equivalente a US\$ 4,6 milhões e paga em cruzeiros. O JB citou o Bank of America como o líder do sindicato que fez os empréstimos à Cesp.

A ciranda dos reemprestimos terminou em setembro do ano passado. Fontes oficiais explicam que os bancos estrangeiros somente cobravam taxas extras por eles porque "havia uma concorrência acirrada" por esses recursos, e que, mesmo englobando o "por fora", estes empréstimos ficavam mais baratos que os recursos tomados internamente, com o agravante de que eram escassos. Esse expediente, entretanto, abria caminho para a "corrupção da dívida externa", principalmente nas empresas públicas. E esse foi o motivo principal para que as estatais federais, dos Estados, e dos municípios fossem afastadas do esquema, a partir de agora.